

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

MARIA CLARICE SANTOS AZEVEDO

O BOM TOM DÁ O TOM: representação feminina no Código do Bom Tom no cotidiano de São Luís (1875 – 1888)

São Luís

2017

MARIA CLARICE SANTOS AZEVEDO

O BOM TOM DÁ O TOM: representação feminina no Código do Bom Tom no cotidiano de São Luís (1875 – 1888)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a. Msc. Isabella Alves da Silva.

São Luís

2017

MARIA CLARICE SANTOS AZEVEDO

O BOM TOM DÁ O TOM: representação feminina no Código do Bom Tom no cotidiano de São Luís (1875 – 1888)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciada em História.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Msc. Isabella Alves da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^o. Msc. Manoel Barros
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Msc. Joelma Santos da Silva
Universidade Federal do Maranhão

Dedico aos meus pais, por terem me proporcionado acesso à educação, e ao meu amor, amigo e companheiro, Francisco Necieldo Araújo Feitosa Filho.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, ter me dado a melhor das heranças, o conhecimento e a possibilidade de conhecer mais e mais. Aos meus irmãos e irmãs pelo companheirismo, por se fazerem presente mesmo estando distantes.

À Dona Mônica Feitosa, que considero como uma segunda mãe, por me aconselhar que a educação é o caminho para o sucesso.

Ao senhor Necieldo Feitosa, homem de fibra e valores, que trabalha cotidianamente para garantir o sustento e o conforto dos seus.

À Emilly Feitosa, cunhadinha e ao mesmo tempo aluna, por me acompanhar em tantas noites até a madrugada dando aquele apoio moral.

A Francisco Necieldo Filho, meu amor, meu amigo, meu incentivador e companheiro nesta jornada, pelos puxões de orelha quando eu pensava em desistir, pela companhia, pelo afeto, por me fazer sentir protegida e amada.

Agradeço a todo o corpo docente da Universidade Federal do Maranhão, em especial à professora Maria da Glória Correia, minha fonte de inspiração.

À professora Marize Helena, professores Josenildo, Henrique Borrvalho, Washington Tourinho, Marcelo, Rosenverck, Adroaldo, e a todos aqueles não foram citados. À coordenação do curso de História em especial ao coordenador Manoel Barros, por ter me ajudado em todos os processos desta produção.

Agradeço a minha orientadora Isabella Alves, por ter me dado subsídios e me ajudado a traçar os caminhos para que esse trabalho pudesse ser concluído.

Aos meus amigos e colegas, muitos estão distantes, outros permanecem como amizade que a cada dia se fortalece. Às amigas irmãs, Claudia Mendes, Tereza Cristiny Nogueira, pessoas que considero de fundamental importância em minha vida, companheiras de jornada.

A Ricardo Pacheco, meu grande amigo e coorientador nesta pesquisa. Agradeço a Bárbara, amiga maravilhosa, Josenilma pelos empréstimos de bibliografias e conselhos teóricos, Tarantine pela força e pelos conselhos via whatsapp, todos que de forma direta e indireta contribuíram para eu chegar até aqui.

Agradeço ao apoio do corpo docente do Complexo Educacional Launé, em especial à professora Leylah Dutra pelas correções ortográficas, à professora

Lourenir pela normalização, à Rosangela Lobato pelos conselhos, puxões de orelha, uma verdadeira mãe. À Danievelly, companheira de sofrimento nesta luta.

“Cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais.

Michel de Certeau

RESUMO

Analisa-se o código de civilidade, mais conhecido como Código do Bom Tom, evidenciando as imagens representativas sobre o feminino. O recorte temporal se estabelece entre o período de 1875 e 1888. Privilegiamos as imagens e os discursos que eram amplamente direcionadas as mulheres da elite de São Luís. Revisitam-se as representações desses sujeitos históricos, compreendendo-os como atores protagonistas de suas relações sociais, sendo estas concebidas e assimiladas em seu cotidiano. Contribui-se com a reconstituição e análise de múltiplas imagens que nos possibilitam vislumbrar essas mulheres vistas a partir dos discursos jornalísticos e dessa forma pode-se compreender as concepções idealizadas que foram impostas como modelos totalizantes característico desta sociedade historicamente localizada.

Palavras-chave: Cotidiano. Discurso. Mulheres. Representação.

ABSTRACT

Analyze the code of civility more known as Polite Code, showing the images representing about the feminine. The timeframe between the period of 1875 and 1888. We privilege the images and speeches that were widely targeted women of the elite of São Luis. Revisits the representations of these historical subjects, understanding them as actors protagonists of their social relations, these being designed and assimilated in your daily life. Helps with the reconstruction and analysis of multiple images that enable us to glimpse these women seen from the journalistic speeches and therefore can understand the idealized conceptions that were imposed as a characteristic of society before totalizing models historically located.

Keywords: Women. Representation. Speech. Daily life.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O CÓDIGO DO BOM TOM: UMA ANÁLISE HISTÓRICA.....	14
2.1	O Código do Bom Tom e seus usos e desusos.....	15
2.2	A civilidade dá o tom no Brasil do século XIX.....	16
2.3	Os usos da civilidade na São Luís do século XIX.....	20
3	AS MULHERES E OS DISCURSOS SOBRE O FEMININO.....	25
3.1	Os rastros da representação do cotidiano feminino no Maranhão.....	29
4	A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO: o Bom Tom dá seu tom.....	36
4.1	As mulheres e suas representações dando “tom” ao cotidiano.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo traçar uma análise sobre “O Código do Bom Tom: regras de civilidade e de bem viver no século XIX” e, mais especificamente dos capítulos que tratam dos comportamentos e posturas femininas introduzidas por este manual na sociedade brasileira, e conseqüentemente maranhense no período entre 1875 a 1888.

As inquietações e o interesse pela análise do Manual de Civilidade vêm nos preocupando, desde o período das aulas de graduação, no Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, quando fomos apresentados à temática que tratava do período imperial no Brasil, período no qual houve a implementação de reformas urbanas, sociais e de costumes nas principais capitais brasileiras.

O objetivo era a construção de um projeto civilizador aos moldes dos modelos sociais e comportamentais europeus, neste sentido os manuais de civilidade serviriam como reorganizadores de “boas maneiras”. Portanto, busca-se neste trabalho, historicizar o cotidiano e os discursos idealizadores do feminino, instituído em São Luís na virada do século XIX.

Pretende-se também, entender a lógica que perpassa por estes discursos representativos, validados pela imposição de um ideário feminino instituído pelo conceito de civilização em voga, quando a sociedade maranhense passou a fazer parte do modelo de modernização social que seria posto em prática sob influências culturais francesas.

Para isso, temos como recorte temporal o século XIX, mais especificamente entre os anos de 1875 a 1888, período que privilegia uma das edições do nosso objeto de pesquisa e que retrata os últimos suspiros do período imperial brasileiro. Utilizaremos como embasamento teórico a ideia de representação defendida por Roger Chartier.

Este autor nos lança os caminhos a serem percorridos na prática da análise discursiva, enfatizando que os discursos não devem ser encarados como verdades absolutas, pois devem ser interrogados a partir de vários sentidos, a fim de que as práticas sociais gerem diferentes formas de representações.

A partir das questões expostas anteriormente, buscamos analisar o discurso direcionado ao feminino como perpetuadores dos ideais civilizatórios europeus e também justificadores de status social de uma elite maranhense que

buscava diferenciar-se dos demais segmentos a partir de novas práticas e posturas comportamentais.

Outra questão que merece destaque é investigar se realmente os manuais de civilidade serviram de disciplinadores de comportamentos, não somente direcionados a segmentos sociais específicos, mas também identificar se as fronteiras dessas influências foram quebradas, rompendo assim com os limites da diferenciação social.

Esta produção é voltada para a perspectiva da História Cultural, por concordar que esta área do conhecimento tem por principal finalidade o modo como em diferentes momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, e percebida, assim, procuramos evidenciar a partir da análise discursiva as representações imagéticas do feminino e problematizar sobre quais os interesses forjados nesses discursos.

A prática metodológica se pautará na utilização do “Código do Bom Tom: regras de civilidade e de bem viver no século XIX” como fonte de pesquisa e análise, pelo qual buscamos assinalar os discursos instituídos sobre as representações imagéticas femininas, bem como suas possíveis possibilidades de interpretações, quando debruçadas com a categoria de análise que reflete o cotidiano.

Este será um processo de extração de perspectivas analíticas de representações e comportamentos do universo feminino, focado no papel social e nos preceitos civilizatórios que atribuíam a São Luís do século XIX a busca pela higiene e salubridade, e as mulheres do segmento mais elitizado são inseridas e incentivadas a reproduzir comportamentos determinantes que caracterizariam o seu status social, em detrimento de maior parcela de mulheres, que quase não possuía acesso de instrução formal para compreender o que estava escrito nas páginas do Código do Bom Tom.

O recorte temporal privilegiado nesta pesquisa se pautará no século XIX, mais especificamente, o período entre os anos de 1875 a 1888. Há de se fazer um levantamento bibliográfico sobre o conteúdo, devido as grandes e ricas produções existentes que retratam o tema. Privilegiaremos também, a investigação em jornais da época que tinham páginas direcionadas ao segmento feminino, objetivando evidenciar as tramas do cotidiano.

O primeiro capítulo, ***O código do Bom Tom: uma análise histórica***, visa contextualizar o cenário histórico no qual o “Código do Bom Tom: regras de

civilidade e de bem viver no século XIX” foi levado a apreciação, até chegar ao Brasil e como sua influência será sentida no cenário citadino das províncias, especialmente São Luís.

No segundo capítulo, intitulado de ***As mulheres e os discursos sobre o feminino***, busca-se evidenciar uma análise historiográfica de alguns trabalhos a nível mundial, nacional e regional que tratam das representações imagéticas sobre o feminino. São evidenciadas importantes contribuições que visam enriquecer e apresentar as mulheres, nas suas mais variadas facetas, enquanto objeto de pesquisa histórica.

No terceiro e último capítulo, intitulado de ***A representação do feminino: o bom tom dá o tom***, traçaremos uma discussão analítica sobre as representações de comportamento feminino em São Luís tendo por base o Código do Bom Tom em consonância com os discursos de alguns jornais da época, principalmente aqueles denominados de folhas recreativas e literárias, que circulavam na capital da província do Maranhão.

Pretendemos assim, contribuir com este trabalho na reconstituição das vivências destes atores sociais concebidas em seu cotidiano. Entendemos que dessa forma, podemos resgatar a partir de novas análises sobre os acontecimentos do passado, pontos de vista, percepções e estilos de vida que caracterizavam os agentes e os grupos sociais pertencentes àquela sociedade e vistos neste trabalho como personagens principais.

2. O CÓDIGO DO BOM TOM: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Comumente, a convivência social rotula os indivíduos sociais por meio de posturas comportamentais e imagens, inclusive pelo ambiente em que estão inseridos, seja trabalho, família, lazer ou em qualquer esfera de convívio.

Baseando-se neste entendimento, o objetivo da análise exposta neste capítulo visa contextualizar o cenário histórico no qual o capítulo “Código do Bom Tom: regras de civilidade e de bem viver no século XIX” foi levado à apreciação, considerando a sua importância para a construção do comportamento feminino, fundamentado em análises metodológicas na área da ciência histórica.

Os comportamentos e posturas sociais, dispostos no Código Do Bom Tom, são aqui compreendidos como fundamentais elementos de discursão da disciplina histórica, pois revelam um modelo idealizado de comportamento, e a partir da sua representação geram práticas sociais.¹

O recorte temporal que privilegiamos neste trabalho prioriza o século XIX, mais especificamente, o período entre os anos 1875 a 1888, momentos em que reflete os últimos suspiros da monarquia brasileira.

As posturas comportamentais, introduzidas pelos manuais de civilidade, têm sua referência histórica direcionada à França, contudo é importante enfatizar que sua gênese está muito além.

Para Norbert Elias:

Este processo que não teve fim pode ser remontado indefinidamente ao passado. De onde quer que comecemos, observamos movimento, algo que aconteceu antes. Limites precisam ser traçados a uma indagação retrospectiva, preferivelmente ao próprio processo. (...) A Idade Média deixou-nos grande volume de informações sobre o que era considerado comportamento socialmente aceitável.²

Depreende-se que as posturas comportamentais sempre foram elementos de preocupação das sociedades. Porém, devido à grande quantidade de registros e informações que preconizam o uso das boas maneiras, como um comportamento socialmente aceitável e a expansão destes modelos, a França é ícone de influência e propagação dos manuais de civilidade no mundo ocidental.

¹ CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002, p.17.

² NORBERT, Elias. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, p.73-74.

Contudo, não podemos desconsiderar a contribuição de outras épocas e civilizações. “É certo que tais regras não têm origem nesse momento e apenas na corte francesa, mas é lá que, em nome da ‘etiqueta’ e da ‘civildade’, começou-se a normatizar dos grandes aos pequenos detalhes da vida social cotidiana”.³ Temos como exemplo, a contribuição de Erasmo de Rotterdam, que foi responsável pelas primeiras divulgações de regra de etiqueta em formato de compêndio para a leitura.

Jacques Revel enfatiza que:

A história da civildade propõe essa experiência única. Ancora-se num texto básico que depois não cessou de ser reivindicado, plagiado, deformado. Essa matriz é *A civildade pueril*, de Erasmo, publicada pela primeira vez em Basileia em 1530 e logo destinada a imenso sucesso. Ao mesmo tempo em que reformula a própria noção de civildade, esse breve tratado didático, escrito em latim, fixa – e por três séculos – o gênero literário que garantira à pedagogia das “boas maneiras” sua mais ampla difusão social.⁴

A obra, *A civildade pueril*, se destina a um menino nobre, e tem por objetivo, a educação de crianças, privilegiando a disciplina e a obediência familiar. Entretanto, a discussão desta obra não é assunto privilegiado neste estudo, mas evidencia-se sua fundamental importância para uma posterior análise.

2.1 O Código do Bom Tom e seus usos e desusos.

Os códigos de civildade eram bastante usados na França, sendo caracterizados como manuais de caráter pedagógico, relacionados às posturas educativas, geralmente direcionadas às crianças. Esses códigos eram constituídos de tratados de cortesias que ditavam posturas, estabelecendo regras para as formas de amar, nos mais variados espaços de sociabilidade, recato e moral, sendo que os leitores eram as pessoas de maior idade.

É válido ressaltar que na França, os manuais foram suportes utilizados para evidenciar a autoafirmação social, já que foram amplamente utilizados pela corte francesa, no seu período de maior destaque. Estes manuais foram inauguradores da ideia de civilização como decorrente de um estágio de desenvolvimento superior em todas as esferas.

³ SCHWARCHS, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 305.

⁴ REVEL, Jacques. **Os usos da civildade**. In: AIRES, Philippe. CHARTIER, Roger. (org). História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 171.

Sobre o estudo elaborado dos manuais de civilidade, bem como a sua utilização na corte francesa, no período de governo do monarca Luís XVI, Norbert Elias aponta que:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como os homens e mulheres vivem, como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”.⁵

Neste sentido, os manuais pretendiam, a partir de sua leitura, contribuir para construção de condutas e institucionalização de uma moral que viesse satisfazer as regras de *bom tom* para um convívio social civilizado. Entende-se por *bom tom*, normas de condutas comportamentais que vão desde como cumprimentar, se comportar em festas, bailes, missas, jantares, eventos sociais, cortejo, e até as noções de higiene, como escarrar, espirrar, tomar banho, etc.⁶

Sendo assim, os manuais podem ser caracterizados como um aparato textual, cuja atuação se remetia a um elemento de diferenciação, já que “a verdadeira civilidade consistia no livramento de todos os idiotismos, reivindicando somente as expressões corporais que são reconhecíveis e aceitáveis para o maior número.”⁷

Ou seja, as posturas deveriam ser apreendidas e utilizadas para promover o refinamento dos hábitos de homens, mulheres e crianças de origem nobre, propondo a obtenção de um diferencial de gestos e posturas normativas que articulassem por si só, enfatizando seu habitat social.

2.2 A civilidade dá o tom no Brasil do século XIX

A introdução dos manuais de civilidade no Brasil se deu durante o século XIX. Especificamente, no período imperial brasileiro, os quais foram influenciados pelo modelo utilizado na corte francesa desde o século XIV. Este foi um período de grandes transformações econômicas e sociais, caracterizado a partir da

⁵ NORBERT, Elias. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 23

⁶ ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: 1875.

⁷ REVEL, Jacques. **Os usos da civilidade**. In: AIRES, Philippe. CHARTIER, Roger. (org). História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.174.

consolidação do sistema imperial brasileiro como um estado independente. Essa centralização política não foi sentida somente no seio político e administrativo, mas também na criação de posturas, comportamentos e valores sociais.

Com a chegada da família real ao Brasil, percebe-se a necessidade de construção de um ambiente onde possa assemelhá-lo ao cotidiano social europeu. Uma das primeiras necessidades foi construir lugares sociais, a fim de definir as hierarquias, em razão de pertencermos a um sistema escravocrata. Assim, ocorriam constantemente ameaças nos segmentos sociais, tidos como desprivilegiados.

Porém, com a consolidação da sociedade imperial e o processo gradativo de urbanização foi possível a criação de bases, destinadas a elite economicamente agrária, a fim de que pudesse se aventurar no cenário urbano em busca de status social aos moldes europeus.

A convivência social, que foi gradativamente instituída com a presença da corte no Brasil, passou a fazer parte do cotidiano, havendo uma distinção entre a elite e a corte europeia, a partir da obtenção de títulos, e não pela origem.

[...] sanguínea como diz João Camilo de Oliveira Torres, eram uma elite selecionada com base no mérito ou na projeção, sem privilégios ou pressupostos de bens materiais ou de vínculos a terra. Comerciantes, professores, médicos, militares, políticos, fazendeiros, advogados, diplomatas, funcionários representavam e se faziam representar, por meio dos próprios brasões, como os melhores em seu ramo. Sem a hereditariedade, que garantia a perpetuação, era preciso provar no ato a importância da conquista.⁸

Buscavam-se, nesse novo cenário de progresso civilizatório, os moldes europeus, ou seja, maneiras de se diferenciar os demais segmentos sociais. Como relata Lilian Moritz Schwarchs:

Na verdade era a “etiqueta” que organizava tal teatro da corte, estabelecendo categorias claras, que distinguiam os homens desse mundo do resto da multidão. Não só nos hábitos, mas também no vestuário, nas expressões e nos gestos criavam-se e marcavam-se, de maneira visível, diferenciações sociais, mais dificilmente perceptíveis nessas sociedades, em boas partes iletradas, de finais do século XVIII.⁹

É nesse cenário social que foi estabelecido uma verdadeira reforma nos costumes, visando diferenciar a elite dos demais elementos da sociedade. É importante salientar que as transformações nas posturas foram acompanhadas

⁸ OLIVEIRA, João C. apud SCHWARCHS, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 249.

⁹ SCHWARCHS, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 306.

pelas mudanças do cenário da cidade, advindas com a urbanização, influenciado pelo modelo metropolitano europeu, justificado na ideia de progresso. Dessa forma, para acompanhar as transformações espaciais no cenário urbano, os valores elitistas deveriam ser reordenados, objetivando a diferenciação norteadas pelas normas de civilidade, fundamentadas nos moldes da sociedade francesa.

Os manuais de civilidade acabaram se tornando leitura obrigatória por uma elite, e de forma sedenta teve que se adequar aos moldes “civilizados” característicos do momento de transformação econômico e social brasileiro.

O manual com maior repercussão, e possivelmente o primeiro e mais antigo a chegar a solo tupiniquim, chamava-se “Código do Bom tom ou regras de civilidade e bem viver no século XIX”, objeto de análise desta pesquisa.

Publicado pela primeira vez, em Portugal no ano de 1845, de autoria de um cônego português, senhor aristocrata, professor de eloquência, cavaleiro das ordens da N. S. da Conceição em Portugal e da Rosa do Império do Brasil, José Inácio Roquette¹⁰. Ele dedicou a seus filhos “Teófilo” e “Eugênia”, que foram enviados a Paris para receber “boa” educação e instrução.

Na volta de seus filhos, o autor se mostra preocupado com suas condutas perante os eventos sociais, escrevendo então, uma espécie de manual com regras de bom comportamento e posturas, mostrando a sua ausência pai nos eventos providos pela sociedade, enquanto pai.

Seu o objetivo era somente educar os filhos. As consequências da escrita deste tratado proveram mais que necessidades educacionais de sua prole, visto que conseguiu envolver a corte portuguesa ao mostrar importância à admissão de regras de etiqueta, elemento de distinção e refinamento social naquele período¹¹.

A edição privilegiada neste trabalho, por ser objeto de pesquisa, é a do ano de 1875, início do recorte temporal deste trabalho. O manual expõe, de forma clara, a distinção entre as regras conduzidas aos homens e às mulheres do século XIX. Aos homens foram designados os comportamentos relacionados às vivências urbanas, polidez, firmeza nas expressões e a falas inteligentes, “carregadas” de sabedoria.

¹⁰ ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875.

¹¹ Ibid., p. 6.

Às mulheres, competem atitudes reservadas, carregadas de decoro e silêncio, dando a elas um ar de submissão e modéstia.

O código não se direcionou somente às diferenças de conduta dispostas entre os sexos, mas também procurou criar regulamentos a fim de anular os impulsos em determinadas repartições e locais públicos, tais como festas, casamentos, recepções, igrejas, casamentos e outros.

Dando assim, atenção a regras que regem as noções de vestuário, higiene, esportes, leituras, namoros, e certas práticas, designadas a locais específicos, como em ambientes onde as pessoas praticavam o consumo de álcool e tabaco.

Corroborando o que foi exposto anteriormente, este guia influenciou a nobreza imperial brasileira, gradativamente a elite agrária e posteriormente os proprietários das indústrias. Estes estabeleceram a ocupação dos espaços urbanos, buscando elementos simbólicos que enfatizassem sua diferenciação social a partir da normatização dos gestos cotidianos, dotando-os de naturalidade.

Na obra, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, um dos mais importantes clássicos da História brasileira, há grandes referências à utilização deste manual, destinadas à promoção de um projeto educacional, influenciado pelo modelo europeu, direcionado aos meninos e às meninas abastardas do império.

“A sociedade tem também sua gramática” [sic], escreveu em 1845 o autor de certo *Código do bom-tom* que alcançou grande voga entre e viscondes do Império. Os quais, para tomarem ar de europeus, não só deram para forrar os tetos das casas-grandes – até então de telha-vã – como para adotar regras de bom-tom francesas e inglesas na criação dos filhos. E adotá-los de exageros e excessos. [...] nos dias de festas apresenta-se com roupas de homem; e ficar duro e correto sem machucar o terno preto [...] e em presença dos mais velhos conserva-se calado, com ar seráfico, beijar a mão suja de rapé dos mais velhos que chegassem em casa.¹²

As lições instituídas se configuravam como normas que deveriam ser apreendidas e utilizadas pela “boa” sociedade. Nada mais natural, que o adestramento educacional dos filhos e filhas das famílias de destaque social, já que o aprendizado, desde a infância faria com que a reprodução dos gestos na vida adulta se internalizasse de forma natural.

¹² FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006, p. 509.

Segundo Revel “existe uma linguagem dos corpos, sim, porém destina-se aos outros, que devem captá-la”.¹³ Assim, ela projeta o indivíduo para fora de si mesmo, expondo-o ao elogio ou à aprovação do grupo.

Desse modo, o objetivo era “civilizar” a elite imperial que reproduziria os valores morais e de conduta, funcionando como elemento hierarquizador da sociedade brasileira durante o século XIX. Consolidando-se no século XX, servindo de base e influência para disseminação de outros códigos e legislações, os quais tinham por finalidade gerir as principais províncias do Brasil.

O polo de difusão dos ideais civilizatórios foi promovido pela capital do império e exportado para as principais capitais das províncias imperiais do Brasil, visto que as elites regionais também queriam, ao estilo carioca, reproduzir o modelo civilizatório europeu.

2.3 Os usos da civilidade na São Luís do século XIX

São Luís, virada do século XIX, é por excelência um espaço de sociabilidade onde transcorre toda a trama de relações simbólicas de convivência, devido a sua posição, como capital e principal centro urbano da Província do Maranhão.

Esta cidade foi palco de melhoramentos e transformações de caráter urbanístico e higiênico, impulsionados pelas transformações de cunho econômico e político, viabilizados a partir do processo de institucionalização do sistema imperial brasileiro.

Neste sentido, a cidade de São Luís, foi beneficiada com advento instituições de ensino, tanto públicas como particulares, como também se transformou no principal polo de convivência de grande parte dos segmentos elitizados do Maranhão, composto, principalmente, por fazendeiro e grandes comerciantes.”¹⁴

Inicialmente, essa mudança pode ser vislumbrada, graças ao período de opulência econômica, advinda das lavouras algodoeiras. E posteriormente, ao

¹³ REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade”. In: AIRES, Philippe. CHARTIER, Roger. (org). **História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 169.

¹⁴ ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina. **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: ed. UEMA, 2012. p. 07.

declínio agroexportador e pelo avanço gradativo da industrialização, em que ambos possibilitaram o investimento na transformação perimetro urbano da capital, que aos moldes das capitais mais importantes do Brasil, via nesta transformação um caráter modernizador, incentivado pela ideia de “progresso civilizatório”.

Família abastarda, na maioria de comerciantes notáveis, de origem portuguesa, bem como proprietários de terras, senhores de escravo, e posteriormente de grandes industriais, deixavam suas propriedades para se aventurar no novo cenário de sociabilidade, buscando a oportunidade de se inteirar socialmente. Contudo, esses segmentos sociais representavam uma minoria privilegiada.

São Luís era uma cidade onde a maioria de sua população era negra ou mestiça devido forte presença de escravos africanos e seus descendentes, com uma ordem fundada na exploração e na desigualdade social, sendo fundamental para as elites dirigentes e dominantes o controle desta população.¹⁵

Neste contexto, a necessidade de elementos que justificassem o status social, imbuídos com ideia de diferenciação, visava o benefício e a apreciação desta minoria.

Enquanto segmento social, “expressão de uma ordem econômica cuja distribuição de riqueza e bem-estar que ela propicia se dá de forma profundamente desigual, complexa, e heterogênea é a sociedade que a reproduz e é produzida por ela mesma.”¹⁶

Exatamente por este fato, praticamente todas as mudanças ocorridas no perimetro urbano foram justificadas pela ideia de “progresso” e “civilização”.

Como as outras cidades, antes e principalmente, São Luís, mais que tudo é a sua gente, pois é esta que lhe define a face. E como outra cidade qualquer, São Luís é também um lugar que une, mas que também separa a sua gente, na tensa relação que se estabelece quando se cruzam no mesmo espaço diferentes visões de mundo e distintas oportunidades de vida.¹⁷

Justamente, na virada do século XIX, que as principais capitais brasileiras estão imbuídas pelo sentimento de transformação e progresso, e na capital da província do Maranhão não foi diferente. Influenciada pelos famosos manuais de

¹⁵ ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina. **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade.** São Luís: Ed. UEMA, 2012, p. 16.

¹⁶ CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX.** São Luís: EDUFMA, 2006, p. 30.

¹⁷ Ibid., p. 30.

civilidades, São Luís, a partir da institucionalização de um dos aparatos simbólico-discursivo, mais conhecido como Código do Bom Tom, objetivou o início das transformações do caráter urbano.

Esta transformação visou tanto uma nova roupagem na cidade quanto nos comportamentos, nas posturas, na educação e no estilo de vida dos “bons” cidadãos da capital. O momento próspero, de crescimento da cidade possibilitou que muitas famílias enviassem seus filhos para estudarem na Europa, principalmente na França, o que contribuiu para a construção gradativa de uma elite letrada em solo ludovicense.¹⁸

O objetivo era familiarizar uma elite que vinha se consolidando ao traquejo social, à chamada “educação de salão” que não se remetia somente aos salões da alta sociedade. Porém, se configurava como algo mais complexo, ou seja, está intimamente ligada às posturas, comportamentos e aparência de homens e mulheres, tanto nos salões de baile, igreja e repartições quanto no seio da privacidade de seus lares.

Contando com indicações minuciosas, os guias procuram regulamentar e cercear os impulsos nos mais diferentes lugares: na igreja, nos batizados e casamentos, nas festas e enterros, nos paços ou entre amigos, no dia-a-dia ou nas viagens. O suposto é que há uma etiqueta para cada local. É preciso controlar as conversas e estabelecer os momentos em que se chora (e em que não se chora)[grifos do autor] O espirro deve ser domesticado e limitado às horas de maior privacidade, e também a conversação. É necessário saber falar, assim como calar, e usar o olhar de maneira a alcançar a todos.¹⁹

Em São Luís, este projeto de adequação de postura caminhou a passos lentos, pois como proferiu Gilberto Freyre, ao relatar a percepção do cronista viajante Koster, deparando-se com o cotidiano das damas da elite agroexportadora brasileira, em princípios do século XIX.

E, ao se referir aos seus trejeitos costumeiros, afirmou que:

Sem contato com o mundo que modificassem nelas, assim como os rapazes, o senso pervertido das relações humanas, sem outra perspectiva que a da senzala vista da varanda da casa grande, conservam muitas vezes as senhoras o mesmo domínio malvado sobre as mucamas que na infância

¹⁸ ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina. **São Luís do Maranhão**: novos olhares sobre a cidade. São Luís: Ed. UEMA, 2012, p. 14.

¹⁹ SCHWARCHS, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 312.

sobre as negrinhas, suas companheiras de brinquedo [...], além disso, aborrecendo-se facilmente, falando alto. Gritando de vez em quando.²⁰

Somente após as transformações econômicas que foram viabilizadas as possibilidades de uma educação voltada para o comportamento, principalmente no que se refere às mulheres abastardas. Essa mudança foi experimentada a partir da oportunidade de acesso há uma nova modalidade de educação, porque as escolas normais, introduzidas na província do Maranhão eram de privilégio masculino.

Foi somente com o Colégio Nossa Senhora da Glória que foi inaugurado o ensino particular para as meninas da elite²¹. Contudo, esta educação era mais voltada para regras comportamentais, inclusive de etiqueta e visavam a busca de uma futura mãe que pudesse gerir a educação dos filhos no período da infância. A regra de etiqueta dava a possibilidade de adquirir refinamento e distinção quando as meninas se exibiam nos salões, nos espaços de sociabilidade, dando no mínimo uma possibilidade de casamento.

Nos anos que se seguem, aos últimos suspiros do período monárquico brasileiro, jornais e revistas da capital se incumbiram na tarefa de “civilizar” a boa sociedade maranhense, contribuindo mais ainda para o fenômeno, que Norbert Elias caracterizou de processo civilizador, proferindo que o mesmo está ligado a uma série de organizações de relacionamentos humanos.

Assim, surgiu a necessidade de acompanhar as correspondentes mudanças nas maneiras e na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório foi a transformação na conduta, dando ênfase aos trejeitos, ditos “civilizados”²².

Nesse contexto, os jornais de cunho literário e recreativo pelos quais se publicavam poesias, contos, artigos e folhetins retratavam o modelo de posturas e comportamentos que uma verdadeira dama da sociedade deveria se comportar nos eventos sociais e nas outras esferas de relações humanas.

O objetivo era a criação de uma cidade ideal, aos moldes franceses, que em diversas situações entrava em contradição com a prática desenvolvida dentro do cotidiano real, do espaço urbano. Essa constatação ficava evidente diante da

²⁰ FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006, p. 420.

²¹ ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina. **São Luís do Maranhão**: novos olhares sobre a cidade. São Luís: UEMA, 2012, p. 17.

²² ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: a civilização dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.195.

situação de insatisfação decorrente da falta de salubridade, expostas em constantes reclamações, devido ao fracasso do oferecimento do serviço público, como relata um cidadão da cidade:

O serviço de remoção do lixo das ruas, do modo que é feito, não satisfaz o fim para que fosse contratado. Quando muito, as carretas poderão recolher o lixo de duas ou três ruas durante a noite. Na segunda vão, a outras ruas foram limpas de véspera. Além disso, só o lixo de maior volume é recebido nas carretas, o resto, isto é, as palhas, as cascas, os trapos, os papéis, ficam, porque não é possível ao condutor catar no escuro à beira dos passeios, o lixo miúdo. E a rua continua suja.²³

A pesar das tentativas, os órgãos municipais deveriam adequar à cidade aos moldes do progresso. Porém, percebe-se a grande dificuldade da prática de ordenação higiênica do espaço. Nesse cenário de contradições, São Luís caminha para o final do século XIX, levando consigo, uma série de incertezas, no que se refere à adequação de seus padrões sociais idealizados, que nem sempre na prática se faziam reais.

²³ Jornais Maranhenses. (1879). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Biblioteca Benedito Leite: A Flecha, 1879.

3. AS MULHERES E OS DISCURSOS SOBRE O FEMININO

Nos últimos tempos, a História, enquanto produção de conhecimento passou por muitas transformações metodológicas, estabelecendo novos modelos teóricos para que seus operadores buscassem uma nova proposta aos temas e segmentos sociais, até então excluídos e negligenciados de análises.

As produções historiográficas que privilegiam as mulheres, um dos tantos objetos de análise da História Cultural, foram viabilizadas a partir do surgimento da ideologia feminista e da categoria metodológica que estuda as relações entre os gêneros.

Para Rachel Soihet:

[...] torna-se inadequado falar-se hoje de uma 'história da mulher' pois estas são diversas, em sua origem social, etnia, credo e condição. Cabe, portanto, introduzi-las num contexto que caracterize suas diferenças. Torna-se necessário a abordagem da história das mulheres.²⁴

Enfatizando a importância plural de diferenciação que este novo conceito de análise histórica determina, a temática que trata das representações e dos discursos sobre o comportamento feminino na sociedade há muito vem sendo discutida nos cenários acadêmicos mundial, brasileiro e maranhense.

Cotidianamente, nos deparamos com discursões relacionadas às ideias caracterizadoras do feminino, sobre o lugar e a postura da mulher, suas lutas, vitórias, derrotas e entre outros. Nunca foi tão atual tratar de tal problemática, seja por modismo, tentativa de aprofundamento ou por falta de conhecimento. Pois, tanto nos cenários acadêmicos, nas discussões corriqueiras, quanto nas redes sociais e demais veículos de comunicação predominam defesas exaltadas e veiculação de conceitos predefinidos erroneamente.

Neste contexto, importantes trabalhos a nível mundial, nacional e regional, no que se refere a comportamentos, posturas, papel social e representações imagéticas do feminino, foram viabilizados e consolidados na área da História. Simone de Beauvoir, em uma de suas obras proferiu a seguinte máxima: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.²⁵

²⁴ SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2011, p. 263.

²⁵ ABRANTES, Elizabeth Sousa. Apud. BEAUVOIR, Simone de. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. São Luís, 2002, p. 10.

E, segundo Elizabeth Abrantes “são as definições resultantes de construções culturais que determinam os papéis sociais que cada sexo deve desempenhar”²⁶. Estes processos, construídos culturalmente no decorrer do tempo, foram moldando as posturas comportamentais femininas durante o século XIX, e posteriormente até as permanências discursivas atuais.

Neste sentido as representações que induzem a formação de discursos idealizadores da postura feminina são elementos fundamentais de perpetuação dos ideais de civilidade em voga durante o século XIX. Dentro desta perspectiva procuramos evidenciar a importância da História cultural como base desta pesquisa por concordar que “A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objecto[sic] o modo como em diferentes momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.²⁷

Partindo desta perspectiva, procuramos evidenciar a partir da análise textual do nosso objeto, “O Código do Bom Tom: regras de civilidade e de bem viver no século XIX”, as representações imagéticas do feminino, problematizando-as sobre quais os interesses forjados nesses discursos.

Pois, segundo Mauss “[...] as representações coletivas mais elevadas só têm existência, isto é, só são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos[sic]”²⁸. Para Chartier “têm por objectivo[sic] a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua.”²⁹ Depreende-se que os indivíduos sociais são controladores de suas ações e por isso recriam e apropriam informações que lhes são destinados cotidianamente.

A análise sobre as representações da condição feminina visa evidenciar o comportamento feminino, levando em consideração as inúmeras diferenças entre este segmento. Enfatizando ainda, a dificuldade em tratar da representação dentro do cotidiano das mulheres da elite maranhense, visto que grande parte das fontes impressas (jornais literários, folhetins e folhas recreativas) que se tem e que são direcionadas ao segmento feminino é escrita por homens.

²⁶ ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. São Luís, 2002, p. 10.

²⁷ CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Portugal: DIFEL, 2002, p. 16.

²⁸ MAUSS, Marcel. Apud CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Portugal: DIFEL, 2002, p.18.

²⁹ Ibid., p. 19.

Tal afirmação nos faz deduzir, a partir da nossa investigação, que tanto os poemas quanto as novelas e depoimentos destes periódicos estão recheados de uma perspectiva que evidencia a difusão de um modelo feminino idealizado.

O modelo idealizado se propagou dos primeiros suspiros do período colonizador brasileiro, perpassando o século XIX e ultrapassando as fronteiras do XX, permanecendo demasiadamente até os nossos dias. Mary Dell Priore enfatiza que desde os primeiros tempos da colônia já havia a necessidade de integrar a mulher aos moldes civilizatórios do velho mundo.

Daí a necessidade de um processo normativo às mulheres coloniais. Elas deviam torna-se esposas e mães, complemento do homem, ventre fecundo que assegurasse perenidade dentro do quadro do sagrado matrimônio. Como mães tinham que se erguer como paladinas da difusão do catolicismo e do povoamento ordenado da Colônia.³⁰

Segundo a autora, a necessidade de um processo formativo contribuiu para a difusão do modelo idealizado da “santa mãezinha”, que a partir de táticas e estratégias se estabelecia no seio da família como educadora moral dos filhos, primordial em seu papel, a configuração desta função como uma forma de imposição de poder, ainda que mascarado na postura de submissão.

Camila Ferreira, em seu artigo “Para bailes: a roupa feminina e os espaços públicos em São Luís no início do século XX” evidencia a importância da moda e da vestimenta feminina como um elemento que poderia caracterizar a “boa” ou “má” conduta.

[...] no processo de ‘validação’ das ditas ‘boas condutas’, a mulher, sobretudo a mulher de elite, era peça fundamental no jogo das representações, da ‘vida mundana’ e da ‘boa conduta’, pois foi ela, quem mais aderiu aos novos espaços e aos novos ornamentos externos, como a moda, com o intuito de demarcar diferenças sociais. [...] Em suma, a mulher era a ‘vitrine’ no jogo das aparências e era ela quem refletia os principais ‘ares de moralidade’ ou de ‘imoralidade’.³¹

Todos estes mecanismos eram organizados com o objetivo de manutenção do status social que estas mulheres pertenciam, ou seja, a elite. Em se tratando de produções históricas de caráter nacional, temos uma série de produções historiográficas que visam relatar as mulheres em suas demasiadas possibilidades interpretativas.

³⁰ DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1995, p. 334.

³¹ SILVA, Camila Ferreira Santos. **Para Bailes**: a roupa feminina e os espaços públicos em São Luís do século XX. In: Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG. Unicentro, 2015, p. 69.

É digno de ser dito que o pioneiro em estudar as condições e posturas femininas, levando em consideração o enfoque cultural, de forma diferenciada das análises que visavam tal objetivo, é Gilberto Freyre, em seu clássico “Casa grande e senzala”. Nesta obra, o autor analisa o modelo patriarcal da família brasileira no século XIX, enfatizando a postura de docilidade e submissão das mulheres da casa grande, diante de seus maridos.

Contudo, não desmerece à postura de poder que estas mulheres podem demonstrar em situações específicas. Quanto ao tratamento de suas escravas, podiam ser bem persuasivas, até mesmo cruéis.

As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos. E se mucamas e moleques foram quase sempre aliados naturais dos filhos contra os “senhores pais”, das mulheres de quinze anos contra os “senhores maridos” de quarenta e cinquenta, de sessenta e setenta, houve casos de escravas enredeiras, fuxiquentas, umas deladoras, outras que por vingança inventavam histórias de namoro das sinhás-moças ou das sinhás-donas. De modo que estas deviam estar sempre prevenidas; e nunca se considerarem sozinhas.³²

É importante frisar que para Freyre o modelo patriarcal e a relação entre a casa grande e a senzala são relevantes para explicar a dinâmica social da época. Destacam-se também as contribuições de Mary Del Priore em “História das Mulheres no Brasil”, visto que suas análises visam traçar o panorama de construção das visões imaginárias, bem como os estereótipos sobre as mulheres brasileiras no período colonial.

Para a autora:

A mulher na História do Brasil tem surgido recorrentemente sob a luz de estereótipos, dando-nos enfadada ilusão de imobilidade. Auto - sacrificada, submissa sexual e materialmente e reclusa com rigor, à imagem da mulher da elite opõem-se a promiscuidade e a lascívia da mulher da classe subalterna.³³

Para essa autora, a representação direcionada à mulher do segmento social superior era o da postura de submissão e recato em todas as fases de sua existência, como filha, esposa e mãe. Já, a mulher das camadas médias e baixas cabia à postura pautada na ausência de moral e de recato, por não se adequarem

³² FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006, p. 510.

³³ DEL PRIORE, Mary. **A História da Mulher do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992, p. 11

ao modelo padronizado de mulher ideal, criado pelo discurso patriarcal em voga no período.

Em “Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia”, a autora destaca que a história da condição feminina, da maternidade e das mentalidades das mulheres coloniais perpassa pela História do corpo da mulher.

Assim, conclui-se que desde muito cedo, as mulheres não foram mais do que seus próprios corpos, os quais foram por, séculos mapeados, interrogados e decodificados pela imaginação masculina apesar de serem territórios desconhecidos e impenetráveis.³⁴

Nesta perspectiva, a autora utiliza, analisa e desconstrói discursos de teólogos, médicos e moralistas do período, tendo por função mapear o papel social feminino e normatizar as posturas sociais, sexuais, morais, bem como o processo de domesticação no seio familiar. Segundo estes discursos só poderia haver duas posturas: uma socialmente aceitável e outra socialmente inaceitável.

Na primeira postura, a mulher era caracterizada como submissa, a boa filha, boa esposa e boa mãe. A mulher era vista como anjo, santa. Na segunda, a mulher era vista demônio, de moral duvidosa, podendo levar o homem à ruína. Por esta razão, era primordial importância o adestramento destas mulheres.

Esta lógica tinha a função de viabilizar o sucesso do modelo colonizador brasileiro. Partido do pensamento da autora entende-se que as mulheres souberam se utilizar do modelo impositivo e tirar proveito da situação que lhes foram impostas, utilizando-se dos modelos idealizados para impor seu poder estrategicamente no seio da família. Estas e tantas outras produções foram produzidas com o objetivo de descortinar as nuances³⁵ femininas em suas mais variadas facetas.

3.1 Os rastros da representação do cotidiano feminino no Maranhão

No Maranhão, importantes trabalhos na área da disciplina histórica vêm atribuindo importância ao segmento feminino e ao seu papel dentro da cultura e da sociedade maranhense e ludovicense. Dentre eles, podemos destacar as obras de

³⁴ DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1995, p. 333.

³⁵ Nuances: sutileza diferença quase imperceptível entre coisas, quando comparadas. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/nuance/>>. Acesso em: 23 de jul 2017.

Elizabeth Sousa Abrantes³⁶, que trata em seus trabalhos sobre a educação e condição feminina.

Em “A Educação do ‘Bello Sexo’ em São Luís na Segunda Metade do Século XIX”, a autora destaca o papel da educação doméstica e da educação formal voltada para as mulheres das camadas médias e altas maranhense, enfatizando-as como adestradoras de comportamentos e reprodutoras de costumes.

Nesta obra, a autora destaca o papel das instituições religiosas, as doutrinas filosóficas e científicas, junto ao discurso moral, como incentivadoras da “reclusão feminina no espaço doméstico, onde poderiam reinar como ‘rainhas do lar’, sendo moralmente superiores aos homens”³⁷.

Fora do modelo idealizado do feminino, as mulheres seriam vistas como uma ameaça perigosa, cedendo aos seus impulsos nefastos de natureza diabólica. Neste contexto, o papel da educação é de adestrar e difundir os costumes “civilizados” objetivando a construção de um modelo ideal de feminino, condizente com a ideia de “progresso” vigente.

Recentemente, em sua outra obra, intitulada de “O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República” a autora não recusa o seu objeto de pesquisa, mas desta vez, acrescenta mais elementos. Analisa como a instrução educacional das mulheres passou a ser valorizada, chamando-a de “símbolo moderno do dote”.

A autora destaca que apesar de a legislação da época prever a utilização da prática do dote em bens materiais, gradativamente esse costume foi entrando em processo de desuso pelas famílias abastardas que, ao mesmo tempo, começaram a valorizar a aquisição da instrução escolar secundária e superior direcionada às moças de boa família³⁸.

As transformações no cenário republicano brasileiro foram primordiais para que as mulheres adquirissem relativa liberdade de educar-se formalmente. Esta educação serviu de objeto de negociação para possíveis casamentos, já que o dote em bens não significava mais algo atrativo. E, na ausência dos dotes, a aquisição de

³⁶ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro.

³⁷ ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do Bello Sexo em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. São Luís: Editora UEMA, 2014, p. 21.

³⁸ Id. “**O Dote é a Moça Educada**”: mulher, dote e instrução em São Luís na primeira república. São Luís: Editora EDUEMA, 2012, p. 19.

um capital intelectual e a educação se conjugaria como uma possibilidade de se manter sem a tutela masculina.

A pós-doutoranda Maria da Glória G. Correia³⁹, em um dos seus vários trabalhos, analisa brilhantemente as experiências cotidianas, vividas pelas operárias no advento das primeiras fábricas em São Luís. Esta produção visava atribuir “voz” às mulheres dos segmentos vistos como não privilegiados, relatando as vivências das operárias da grande São Luís.

Como a própria autora afirma:

[...] busco recuperar os discursos acerca da civilização e do progresso, bem como as falas sobre o feminino que circulam nessa sociedade, procurando perceber não só como são apropriados, para além dos segmentos em que são produzidos, mas também como se concretizam no chão da casa e no chão da fábrica. Enfim, busco perceber as contradições entre os discursos e práticas no cotidiano nessas mulheres, cruzando suas vivências na condição feminina com sua condição operária. Parto do pressuposto de que o espaço da ‘fábrica’ e ‘a casa’, ou seja: o ‘mundo do trabalho’ e o ‘mundo doméstico’ não são esferas isoladas, mas se entrecruzam ou, minimamente, se tangenciam, especialmente nas vivências das mulheres pobres, no caso preciso, da cidade de São Luís na virada do século XIX⁴⁰.

A autora relata que, para reconstruir historicamente as experiências vividas por estas mulheres, é de suma importância utilizar esse gênero como categoria de análise, por ser uma categoria relacional que articula variáveis, tais como classe, etnia, estado civil, idade e outras. Isto permite maior proximidade das vivências destes sujeitos históricos, pois rompe com as interpretações totalizantes e biologizantes, permitindo o desnudamento da desigualdade entre homens e mulheres.

[...] o gênero torna possível apreender a tensão que se estabelece entre as mais diferentes práticas verificadas nas existências concretas e as representações uniformizadoras, as quais imprimem um maior peso cotidiano das mulheres pobres, dentre outros, devido ao fato de sempre terem trabalhado, de estarem expostas, apesar de só assumirem visibilidade enquanto trabalhadoras e serem definidas enquanto tal quando se fizeram operárias⁴¹.

Percebe-se que a presença do gênero em um âmbito cultural, não só pelo que determina os sexos, mas pelos valores predeterminados socialmente, por ser

³⁹ Pós-doutoranda em história pela Universidade Nova Lisboa – Portugal.

⁴⁰ CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama:** quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006, p. 18.

⁴¹ Ibid., p. 31.

próprio de uma classe, permite desnudar e desconstruir as relações hierárquicas entre homens e mulheres.

A professora e doutora Marize Helena de Campos, em sua obra “Mariposas e Pensões: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX” propõe que:

A ideia é mergulhar na São Luís da primeira metade do século passado e remontar seu cenário, a fim de entender o processo de chegada das mulheres, a transformação do espaço urbano (dos casarões solarengos, que abrigavam os senhores do algodão, para os cabarés) e a utilização de discursos definidores dos papéis e lugares sociais. O que estimulou o movimento migratório das mulheres que vieram em tão significativo número para a cidade, como foi desenhado o espaço destinado ao meretrício, como o Estado intervinha no seu cotidiano e quais os elementos que pautavam seus discursos são algumas das questões sobre as quais o trabalho se debruça⁴².

O objetivo é retratar a cidade de São Luís na segunda metade do século XX, especificamente o processo de mudança econômica que vai transformar o cenário agroexportador em um modelo econômico industrial, enfatizando que as mudanças decorrentes serão sentidas de infinitas maneiras no cenário urbano ludovicense.

Como o fenômeno econômico está ligado de forma significativa às transformações no cenário da prostituição, das chamadas casas de meretrizes, localizada nos bairros da Praia Grande e Desterro, em São Luís na virada do século XX, a autora enfatiza que a mudança econômica acarretou o fenômeno do êxodo rural, no qual grande parte dos trabalhadores do campo será impulsionada a buscar melhores condições de vida e de trabalho nas primeiras fábricas, na maioria têxteis.

Segundo Campos:

A maioria da mão de obra por ser caracteristicamente feminina, atingiu 70%, o que refletiu o processo de transformação da área destinada ao meretrício com suas pensões, casas de cômodos, hospedarias de que ocupavam o bairro da Praia Grande e Desterro. Pois nem todas as mulheres que chegavam na capital tiveram acesso ao emprego nas fabricas, superando a demanda, e devido à ausência de possibilidade de sustento migraram para a prática da prostituição. Daí a urgência em “prover a demarcação do espaço urbano, as relações com o Estado e o cotidiano das meretrizes”.⁴³

Mesclado a estas transformações, houve a necessidade de criação de uma série de regulamentações que visavam gerir o cenário urbano. Nesse momento,

⁴² CAMPOS, Marize Helena de. **Mariposas e Pensões**: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX. São Paulo, 2001, p. 10 (dissertação de mestrado em História – USP).

⁴³ Ibid., p. 11.

leis foram criadas com objetivo de normatizar a cidade em um modelo ideal civilizado, ou seja, com condições de salubridade condizentes com o modelo civilizatório europeu. Seguiram-se medidas acauteladoras da moralidade pública e uma infinidade de discursos na imprensa acerca da higienização social e urbana.⁴⁴

Tais discursos objetivavam o molde de posturas mesmo nos espaços considerados inadequados para o trânsito das pessoas de bem que compunham a boa sociedade maranhense. Analise esta, corroborada por Ricardo de Jesus Pacheco Silva⁴⁵. Nesta análise, o pesquisador utiliza como categoria analítica as relações de gênero, enfatizando o gênero masculino, mas sem desmerecer o papel das prostitutas nesta dinâmica social.

Retrata as relações e as vivências instituídas entre a Polícia Militar do Maranhão (PME) e as meretrizes da Zona do Baixo Meretrício (ZBM), objetivando evidenciar as nuances das relações entre aquele que representa a ordem: o policial, e a desordem social: a meretriz.

Procuramos entender as relações constituídas entre policiais militares e meretrizes a partir de suas vivências e convivências, e que faz surgir um ser diferente daquele estigmatizado como símbolo da ordem, mas sim, um indivíduo que é produto de tensões e conflitos engendrados a partir do choque entre os preceitos e ideais da instituição ao qual representava e as práticas estimuladas pelos desejos e pela economia do prazer.[...] compreender uma sociedade historicamente determinada, com homens e mulheres que expressão seus estilos de vida, visões de mundo e percepções distintas da realidade, e nesse sentido podermos vislumbrar um tempo e um aspecto da mesma sociedade a partir dos olhares voltados para esse policial militar e os agentes sociais com o quais conviviam na ZBM ou mesmo em outros espaços.⁴⁶

A análise do historiador pode não ser caracterizado como um trabalho que evidencia a História das Mulheres, mas privilegia a discussão de gênero no âmbito masculino, sem desmerecer a contribuição das meretrizes na construção e análise das relações neste espaço de sociabilidade, pois as meretrizes, neste trabalho são vistas como protagonistas do cenário, a partir de suas vivências e experiências.

Ao retratar o cotidiano dos cabarés, casas de cômodos e principais boites da ZBM (Zona do Baixo Meretrício), o pesquisador aufere que até nesses “espaços

⁴⁴ CAMPOS, Marize Helena de. **Maripozas e Pensões**: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX. São Paulo, 2001, p. 11. (dissertação de mestrado em História – USP)

⁴⁵ SILVA, Ricardo de Jesus Pacheco. **Militares e Meretrizes**: a ordem e a desordem numa linha tênue – São Luís (1950-1970). São Luís, 2008. (monografia de graduação em História – UFMA). p.17.

⁴⁶ Ibid., p. 19.

de transitoriedade do amor venal”[sic], os ditames sociais das regras de etiqueta e civilidade eram superestimados como elementos de destaque das boites e das meretrizes mais requisitadas.

As meretrizes tinham o hábito de uma boa higiene, cuidavam do seu corpo, vestiam-se muito bem, usavam bons perfumes e eram preparadas para tratarem bem os seus clientes. E quando o assunto fazia referência ao uso das vestimentas adequadas às ocasiões, costumavam seguir as recomendações de manuais de etiquetas orientados pelo bom-tom europeu, que recebiam destaque no noticiário de jornais da época, embora tais orientações fossem diretamente dirigidas às senhoras da elite de São Luís, com o objetivo de definir comportamentos e indumentárias que caracterizariam a mulher moderna e elegante.⁴⁷

Além do luxo e conforto dos seus estabelecimentos, as madames proprietárias se utilizavam das regras de etiquetas, influenciadas pelos manuais de civilidade, baseadas no bom comportamento, modos de se vestir e dançar, a fim de transformar suas meretrizes em um atrativo a mais, priorizando a busca pela clientela sofisticada, conseqüentemente daria mais agrados as suas meninas.

Depreende-se que os espaços característicos do prazer tinham regras específicas a serem seguidas. Regras estas, condizentes com as posturas civilizadas que foram influenciadas pelos moldes Europeus.

Em seu artigo intitulado “As Donas Do Poder: práticas testamentárias de mulheres no Maranhão Oitocentista”, Marize Helena Campos analisa o Maranhão colonial, objetivando a investigação testamentária das mulheres deste período, corroborando que:

A intenção é observar como, nas práticas testamentárias, as mulheres maranhenses registraram seus pedidos espirituais e temporais, principalmente aqueles relacionados à partilha do espólio. Privilegiamos um breve histórico de suas vidas à época da realização do testamento, destacando suas posses e quem herdou. Em cada caso há singularidades, feições próprias daquela mulher; todavia, num plano amplo, o que se notou foi um conjunto formado por mulheres de posses, de estratégias, aguerridas, destemidas, batalhadoras, que, longe de serem “molengas” e submissas há passarem os dias em sonolentas redes, ao grosso e morno ar do Maranhão, estavam cuidando de suas lavouras, garantindo a posse de suas terras, contabilizando suas cabeças de gado e favorecendo mulheres de seu círculo de amor, amizade e piedade – enfim: atuando intensamente na dinâmica econômica e social em que estavam inseridas⁴⁸.

⁴⁷ SILVA, Ricardo de Jesus Pacheco. **Militares e Meretrizes: a ordem e a desordem numa linha tênue** – São Luís (1950-1970). São Luís, 2008, p. 79 (monografia de graduação em História – UFMA)

⁴⁸ CAMPOS, Marize Helena de. **AS DONAS DO PODER: práticas testamentárias de mulheres no Maranhão Oitocentista (1800-1822)**. In: GALVES, Marcelo Cherche. COSTA, Yuri. (org). O Maranhão Oitocentista. São Luís: Editora UEMA, 2015, p. 209.

Diante desta perspectiva, a autora visa desmistificar a ideia de que no seu contexto geral a utilização da análise sobre o papel das mulheres está relacionada somente às posturas dóceis, frágeis e subservientes. Partindo da investigação dos vários testamentos foi possível perceber que estas mulheres detinham uma parcela de poder e influência, pois destoava diante do discurso impositivo de submissão, característico deste período.

A referida autora critica também a história que visou o privilégio das grandes figuras históricas, ao se referir à Donana Jansen, considerada “como se fosse a única mulher a ter participado das engrenagens econômicas e políticas da sociedade maranhense do século XIX”⁴⁹.

Sem desmerecer sua importância, assim como Donana Jansen, outras mulheres obtiveram grande importância, influência e poderio econômico. Assim, desconstrói-se o modelo postulado de mulheres dóceis, sem iniciativa característica deste período. E, que apesar de posturas “civilizadas” impostas, estas mulheres a partir de seu “jogo de cintura” conseguiam se sobressair como senhoras de sua vida e de sua morte.

Neste contexto, privilegamos estas obras, em meio à vasta bibliografia, concordando que as mesmas têm dado subsídio para as várias pesquisas em torno do cotidiano das mulheres e suas representações no seio da sociedade. Evidenciamos estas análises por representar o discurso sobre o feminino em convergência com a construção de posturas cotidianas que objetivavam a perpetuação de modelos civilizados, porque este era o modelo representativo pretendido.

A vasta gama bibliográfica nos mostrou que nem sempre aquilo que estava previsto na ordem dos discursos era plausível no campo prático. Contudo, entendemos que, como estes, tantos outros trabalhos com igual importância são contribuintes para construção de vasta bibliografia, em torno da análise das representações do cotidiano feminino e relações de gênero masculino ou feminino, instituídas nestas práticas.

⁴⁹ Op cit. **AS DONAS DO PODER:** práticas testamentárias de mulheres no Maranhão Oitocentista (1800-1822) In: GALVES, Marcelo Cherche. COSTA, Yuri. (Org). O Maranhão Oitocentista. São Luís: Editora UEMA, 2015, p. 237.

4. A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO: o Bom Tom dá seu tom

Debruçar na análise do “Código do Bom Tom: século XIX” como um aparato discursivo que ditava regras direcionadas à construção de um modelo idealizado de feminino, é uma tarefa árdua, fazendo-nos refletir sobre ofício do historiador, enquanto reconstrutor das minúcias do passado, já que sua função é buscar os vestígios e as migalhas deixadas à espera da investigação.

As informações se escondem ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do *corpus* central do conteúdo explícito. Elas tratam dados muitos dispersos e esmiúçam o implícito, cabendo ao historiador fazer que essa “mágica” aconteça.⁵⁰

Assim, ele trará as vivências e captará os indivíduos sociais, tendo a ideia de sujeitos historicamente localizados e determinados. Tratá-lo como grandes motores propulsores, que fazem a História acontecer, é tentar definir sua própria existência, suas alegrias, dores e suas experiências. Pois, é nessa imensidão que o cotidiano social “se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.”⁵¹

É nesta perspectiva que o manual de civilidade é apresentado, cujo título da edição, do ano de 1875, é: “Código do bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no XIX. Século” [sic]. Esse código é um dos mais famosos manuais de regras de etiqueta introduzidos no Brasil, muito utilizado na província do Maranhão.

Do autor José Ignácio Roquette, cônego da sé patriarcal, professor d’eloquência sagrada no seminário de Santarem, cavalheiro das ordens de N. S. Conceição em Portugal e da Rosa do Império do Brazil, e sócio real das sciencias de Lisboa.⁵²

José Ignácio Roquette foi também um pai dedicado. Sua principal finalidade era prover melhor educação aos filhos: Eugenia e Teófillo. Órfãos de mãe foram mandados para a França, a fim de terem acesso ao modelo de educação daquela cidade. E, ao ler as primeiras páginas desse autor, já se concebe o objetivo da obra.

Supõe-se nelle um Gentilhomem que saíra de Portugal em 1834 com dous filhos menor de idade, orfãos de sua mãe, os quaes mandou educar em

⁵⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 13-14.

⁵¹ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 38.

⁵² ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n., 1875.

França, e a quem leva para a patria depois de dez anos de ausencia. Como remate da desvelada educação que lhes déra, ensina-lhes não só tudo o que pertence á civildade e cortesia, mas em suas instrucções dá-lhes muitos conselhos saudáveis para bem viverem com os homens, e não só em Portugal senão em França. Qual seja o plano e fim d'estas instrucções facilmente se conhecerá pela leitura da Introducção.⁵³

O primordial objetivo, explícito na primeira nota de advertência e na introdução geral do manual, é a educação dos filhos. Já, na segunda nota de advertência é possível perceber que o código adquiriu, como consequência, status de uma publicação de sucesso.

Ou seja, a obra já circulava em terras portuguesas desde 1845. E, no ano 1866 já passava pela sua quarta edição, mas com grande sucesso na Europa, havendo “nella muita cousa nova, com os necessários melhoramentos que o tempo e as circunstancias pediam, e que há de agradar e ser útil aos benévolos leitores”.⁵⁴

A edição 1875 do Código de Bom Tom e a quinta edição desta obra já influenciava há muito, em solo tupiniquim, visando à validação de um projeto civilizador da “boa sociedade maranhense”, buscando a todo custo, elementos de distinção e refino dentro dos espaços de sociabilidade, onde as modalidades do traquejo social definiam o lugar social de cada indivíduo.

Sua principal influência era a produção de livros, regras de salubridade, leis municipais, revistas e jornais. Era com essas produções que ele reproduzia os discursos instituídos no referido código.

O manual, em seu conteúdo, é dividido em vinte seis capítulos os quais são direcionados às variadas posturas comportamentais, isto é, como se comportar em todas as modalidades de cerimônias religiosas, formas de tratamentos, cumprimentos e agradecimentos, envolvendo até a saúde, os bailes, reuniões noturnas, jantares, banquetes, visitas, conversação em português e francês. Das regras e confecção de cartas, das estadias no campo, das viagens, do tratamento dos pais, parentes, amigos e criados.⁵⁵

Todos estes capítulos expõem diferenças regidas pelas regras de etiqueta que são direcionadas aos homens e às mulheres. O manual pode ser entendido como elemento disciplinador do cotidiano social, já que definia os espaços de atuação e posturas de homens e mulheres, ou seja, as funções que eles deveriam desempenhar, tanto na esfera pública ou privada quanto no tratar dos gestos que

⁵³ ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civildade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875, p. 2.

⁵⁴ ROQUETTE, J. L. *Ibidem*. p. 1.

⁵⁵ *Idem*, p.1.

regem a simbologia das fases do cerimonial de casamento. Ao folhear as páginas deste manual, percebe-se explicitamente a postura do homem.

O moço que pede uma menina para casar deve mostrar-se por extremo obsequioso e recatado, parecer indiferente a todos os arranjos que as duas famílias devem fazer entre si sobre o dote, arrhas, enxoval, etc.; não fallar á sua futura esposa senão de seu porvir, de seus divertimentos, do que lhe convirá escolher para o seu aposento, moveis, presentes, etc.; evitando toda a familiaridade mal a propósito, chamando-lhe sempre de menina (*Mademoiselle*) até que volte da igreja no dia do casamento, então lhe chamará de senhora (*Madame*); deve acompanhá-la em todas as reuniões, onde se deve mostrar seu cavalheiro e servidor.⁵⁶

De acordo com essa reflexão, percebe-se que o casamento é apresentado como um momento de execução e demonstração refinada. Neste processo, todos os atores sociais têm funções específicas, visto que, no período dos últimos resquícios do século XIX, ainda “era apresentado as mulheres como grande realização de suas vidas, devendo ser sustentadas e “protegidas” pelo homem”⁵⁷.

Os jornais de cunho literário e recreativo, cuja a clientela, eram de moças que tinham acesso à leitura. Esses jornais eram importantes instrumentos. Eles demonstravam que o enlace do casamento reforçava os lugares onde cada um deveria desempenhar. Tomamos como exemplos os versos publicados no jornal *A Mocidade*, do poema intitulado “Eu e tu”:

Eu e tu somos dous entes
Nascidos para se amar,
Duas almas que occupão
N'este mundo um so lugar,
Dous ellos d'uma cadeia
Que jamais ha de quebrar⁵⁸

O elo instituído dentro do casamento deveria ser inquebrável. Assim, perante a sociedade, uma jovem esposa deveria fazer tudo para agradar quem a escolheu, protegendo-o a fim de não perdê-lo, preservando, assim, seu matrimônio.⁵⁹ Este era um dos retratos estipulados dentro do discurso do Código do Bom Tom, no qual encontramos conselhos apaixonados, direcionados a homens e mulheres que desejavam fazer parte da “boa sociedade”, da sua dinâmica e funcionamento.

⁵⁶ ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875, p. 2.

⁵⁷ ABRANTES, Elizabeth Sousa. “**O Dote é a Moça Educada**”: mulher, dote e instrução em São Luís na primeira república. São Luís: Editora EDUEMA, 2012, p. 17.

⁵⁸ Jornais Maranhenses. (1876). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Biblioteca Benedito Leite: *A Mocidade*, 1876.

⁵⁹ ABRANTES, Op.cit., p. 17.

4.1 As mulheres e suas representações dando “tom” ao cotidiano

Em consonância com o manual de civilidade está o objeto que pretendemos analisar, as representações femininas instituídas no corpo do texto desta obra, procurando evidenciar no cotidiano da cidade no qual estas mulheres estavam inseridas. A análise do cotidiano se fará a partir da análise de jornais da época. Principalmente, daqueles que são denominados de folhas recreativas e literárias, visto que estes possuíam o conteúdo direcionado ao público feminino.

Salientamos que as mulheres, que eram público alvo destas produções, faziam parte do segmento elitizado de São Luís. Contudo, não desmerecemos a possibilidade de influência deste código em algumas classes de mulheres que não faziam parte deste segmento.

Em decorrência disso, evidenciamos que a escolha do nosso projeto não exclui referência a outras classes de mulheres, ou seja, que não pertenciam ao segmento social privilegiado. É válido destacar que outros grupos da sociedade, como as meretrizes que ocupavam a Zona do Baixo Meretrício, em meados do século XX, tinham acesso a lições de etiqueta do Código do Bom Tom⁶⁰.

O grupo de prostitutas mencionado é aquele que ocupava os espaços das boites e pensões mais luxuosas, frequentadas pela elite política e letrada de São Luís. Segundo o testemunho de uma, dentre várias prostitutas, da época:

As mulheres apresentavam-se sempre bem trajadas, independentemente da ocasião, uma vez que, para elas, todo e qualquer momento de exposição em público era uma espécie de espetáculo ou de propaganda de si. Dessa forma, de acordo com lembranças que sua memória selecionou, a ex-meretriz conta que ela e suas colegas deveriam estar sempre “de sapato alto, vestido comprido. Na hora de comer tinha que tá toda arrumada, toda de vestido longo e salto alto. Era pintada, eu que nunca gostei de pintura[...] Acrescenta ainda que “os homens eram muito granfinos, naquele tempo era tudo granfino, de paletó, tudo de terno. Ah! Era muito diferente aqui.”⁶¹ Mas ela também deixa esclarecido que o uso de paletó não era obrigatório e que podiam adentrar as boates de luxo trajando vestimentas mais simples, mas que deviam estar sempre bem arrumados.⁶²

O acesso às lições do código se dava, não pelo fato de terem acesso à educação formal das “primeiras letras”, mas pelos conselhos dados pelas

⁶⁰ SILVA, Ricardo de Jesus Pacheco. **Militares e Meretrizes: a ordem e a desordem numa linha tênue** – São Luís (1950-1970). São Luís, 2008, p. 68 (monografia de graduação em História – UFMA)

⁶¹ SILVA, Ricardo de Jesus Pacheco. *Ibidem*, p. 68.

⁶² SILVA, *op. cit.*, p.79.

“madames” das grandes e luxuosas pensões e boites, já que visavam à busca de uma clientela requintada, ou seja, de origem elitizada.

Para tratarmos das representações femininas no Código do Bom Tom, um dos mais famosos manuais de civilidade que transitava pelas principais províncias brasileiras, incluindo São Luís, durante o século XIX, é válido dizer que as práticas sociais tendem gerar diferentes representações. Estas práticas podem ser reinterpretadas, visando o atendimento das necessidades dos grupos sociais, criando assim a possibilidade de construção de diferentes discursos.

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias, práticas (sociais, escolares, políticas)[grifos do autor] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto[sic] reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.⁶³

Neste contexto, o autor nos lança os caminhos a serem percorridos na prática da análise das representações, enfatizando que os discursos não devem ser encarados como verdades absolutas. Eles devem ser interrogados a partir de vários sentidos, por isso as práticas sociais não devem ser reduzidas a meras representações.

A partir deste entendimento, procuramos entender a lógicas que perpassam por essas representações, validadas pela imposição de um ideário feminino e pelo conceito de civilização em voga. Isso aconteceu quando a sociedade maranhense, no prelúdio do século XIX, passou a fazer parte do modelo de modernização social, posto em prática, mas em prol de um esforço “civilizatório”.⁶⁴

Destarte, o discurso instituído nas linhas do Código do Bom Tom buscava a construção de uma postura feminina, acalentada pela passividade dos atos. “A noiva não se deve ocupar em nada em honras da casa; seu papel é passivo. Todos se esmeram em lhe testemunhar respeito, estima e acatamento: ella deve limitar-se a responder com suave modéstia, e graciosa dignidade.”⁶⁵

⁶³ CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002, p.17.

⁶⁴ ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina. **São Luís do Maranhão**: novos olhares sobre a cidade. São Luís: Ed. UEMA, 2012, p. 19.

⁶⁵ ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875, p. 33.

Tal postura era justificada nas páginas dos jornais literários e recreativos que circulavam pela capital da província, entre os períodos de 1874 a 1888. Os jornais eram recheados de poemas, “nouvelles”, folhetins, etc. Contudo, a pesar da postura impostas, as moças tinham táticas para se desvencilhar de candidatos indesejáveis.

O comentário exposto no jornal A Flecha retrata que:

Communican-nos a respeito do mesmo Recolhimento, que certo typo ahi foi trez vezes escolher noiva, e com tão má estrella que de nenhuma das ocasiões logrou arranjar-se, apezar de ter da primeira vez se apresentado barbado, somente de bigodes da segunda e na ultima de cara raspada. Rua com typos das barbas e parabéns as meninas que o repeliram.⁶⁶

Diante do comentário acima, percebemos que a pesar das imagens femininas terem sido construídas pela sociedade brasileira, ao logo do tempo, e se consolidarem no século XIX⁶⁷, as mulheres que eram dedicadas e submissas aos seus digníssimos maridos, antes do casamento, se utilizavam de estratégias para conseguir um pretendente do seu interesse.

Desta forma, além de marido, este também seria o pai de seus filhos. “Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares. O casamento era apresentado como o ideal da mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude, o alvo de sua existência”⁶⁸.

O asseio, a higiene e a boa aparência do pretendente era, de fundamental importância para que a possibilidade de cortejo se viabilizasse de forma satisfatória, visto que, a apresentação de um homem se dava com o maior asseio, todos de luvas brancas, meias de seda, ou botas envernizadas.⁶⁹

Essas mulheres foram incentivadas pelo cenário social a se adequar aos modelos e padrões ditos “civilizados”, contudo, “as transformações dos comportamentos e das representações são lentas, difusas, e muitas vezes contraditórias”.⁷⁰ Pois, a capital da província, cenário social, onde as mesmas

⁶⁶ Jornais Maranhenses. (1879). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Biblioteca Benedito Leite: A Flecha, 1879.

⁶⁷ ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. São Luís, 2002, p. 10.

⁶⁸ ABRANTES, Elizabeth Sousa, *Ibidem*, p. 101.

⁶⁹ ROQUETTE, J. L. *Op.cit*, p.101.

⁷⁰ REVEL, Jacques. **Os usos da civilidade**. In: AIRES, Philippe. CHARTIER, Roger. (Org). História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 171.

habitam, caminhava a passos lentos, em busca de se adequar aos costumes e trejeitos, os quais eram viabilizados pelo progresso e urbanidade.

Em 1789, um morador da capital, demonstra toda a sua insatisfação diante dos serviços oferecidos, que garantiam o mínimo de salubridade e comodidade na capital. O reclamante se refere à Companhia Ferro – Carris que fornecia os serviços de transporte de trem na cidade.

V. Exc^a.,- deve estar bem compenetrada d'esta verdade - , é um agente da commodidade publica, um auxiliar dos que poupam as botas, detestam o sol, a poeira e o cansaço e gostam de passear ou teem necessidade urgente de transporta de um extremo a outro da cidade.[...]Imagine a Exm.^a Companhia que um cidadão amante do progresso, do seu bem estar, da sua boa saúde emfim, é suprehendido na rua por um aguaceiro. Passa um bond. É muito natural, mesmo muito, que ele entre no vehiculo, que o pode levar mais rápido ao seu destino, a pé enxuto, sem molhadela, sem constipação. Coitado do cidadão amante do progresso! Tanto peor para ele, se entrou no bond. As cortinas abaixadas abafam e dos intercios do tejadilho do carro escorrem gotteras grossas como na rua e não ha meio de escapar a um molho, com todas as formalidades.⁷¹

Este pensamento revela a insatisfação dos cidadãos que tinham acesso ao referido tipo de serviço. Espelham bem as quantas andava os caminhos do progresso, na prática, no cenário urbano da província, o que nos faz perceber a cidade como um ponto de intercessão entre a idealidade e a concretude; como um *locus* privilegiado de relações sociais que se exprimiram na ocupação do espaço⁷².

A vida noturna dos bailes representava oportunidade de demonstração que envolvia os trejeitos e posturas requintadas, influenciadas pelo bom tom, se configurando também como uma oportunidade para que moças fossem vistas. Assim, elas conseguiam possíveis pretendentes.

Neste cenário, a mágica dos gestos sociáveis, comandavam os atos, cujo objetivo é a aceitação, porque essa era uma das poucas oportunidades para que elas saíssem do seio doméstico e se aventurassem. Logo, deveriam saber como se portar na sociedade, como por exemplo, ao serem convidadas para uma dança, em um baile.

Não mostre preferencia a nenhum dos que te convidarem: velho, feio, coxo, não há um só homem, que se apresenta a dançar, que não presuma de si; pode-lhes aplicar o ditado vulgar, *não há torto que se veja, nem cego que se enxergue*. Confirma esta opinião por uma igualdade de humor inalterável, e lembra-te que um gesto, um olhar desdenhoso poderia por em risco tua

⁷¹ Jornais Maranhenses. (1879). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Biblioteca Benedito Leite: A Flecha, 1879.

⁷² CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama:** quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: Edufma, 2006, p. 29.

reputação e a existência de homens de tua família[...]Não penses que ha alguma gloria em ser a primeira a romper o baile; deixa as mais apressadas começar as *quadrilhas*, e até te debes mostrar d'isso satisfeita. Prevenir as pretensões e desamál-as; e até muitas vezes fazemos nascer sentimentos de bemquerença em corações, que estavam possuídos d'outros bem diferentes para comnosco.⁷³

As tramas deste cenário visavam reafirmar a postura feminina de “manter a compostura” [grifos meus], pois quanto mais recato, maior possibilidade de despertar o interesse dos rapazes de boa família e não trazer desavenças, a fim de que não trouxessem problemas aos familiares. O ambiente era regido pela dinâmica dos gestos, olhares e posturas.

Tal dinâmica definia, até o final da noite, se a bela moça sairia com uma boa reputação ou não, visto que, “existe uma linguagem dos corpos. Porém, se destinava àqueles que deveriam captá-la. Ela projeta o indivíduo para fora de si mesmo, e o expõe ao elogio ou à sanção do grupo”⁷⁴.

Esta postura era a esperada dentro do cenário social, pois, só cumprindo os estereótipos a que foram designadas, poderiam ser admiradas, e se destacarem dentro do modelo ideal que a sociedade esperava.

Por outro lado, os papéis de conduta que não se encaixavam nas posturas prescritas do manual eram encarados com desdém, pois eram ditos como inadmissíveis, como bem explana o jornal A Flecha:

Ao proferir que “depois da aparição da famosa mulher caixeira, da mademoiselle Maupin do Porto, ha uma desconfiança geral sobre o sexo de certos sujeitinhos – Alguém jurou que o J.G. – não tem direito de usar as calças que traz enfiadas”⁷⁵.

Esse pensamento reforçava que as mulheres, que tinham posturas parecidas com a dos homens, representavam uma ameaça à masculinidade. E, isso dava base aos questionamentos dos papéis sociais prescritos. Por não se adequar,

⁷³ ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875, p. 73

⁷⁴ REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: AIRE, Philippe. CHARTIER, Roger. (org). **História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 169.

⁷⁵ Jornais Maranhenses. (1879). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Biblioteca Benedito Leite: A Flecha, 1879.

era passível o questionamento e a não aceitação de que as “caracterizavam como de natureza perigosa.”⁷⁶

Por outro lado, manter atenta aos desígnios do bom tom, levaria a mulher ao sucesso, sendo este o retrato feminino traçado e influenciado pela ética religiosa, doutrinas filosóficas e discursos médicos, vigentes durante o século XIX “que apresentavam as mulheres como seres amáveis, dóceis, frágeis, inferiores, sendo essas características “naturais” ao sexo feminino”.⁷⁷

O manual também aconselhava:

Acostuma-te a tomar uma compostura de corpo grave e reservada quando fallares a algum cavalheiro, ou quando ele te fallar a ti. Este conselho não somente é favorável a modestia que convêm ás senhoras, senão também a sua vaidade. O ar despejado ou desenvolto vai caindo em desuso consideravelmente; o ar acanhado e constrangido cheira a collegio ou a provincia. Se modesta na alma, e teu exterior será singelo e natural. Não penses em chamar attenção e sobretudo não o desejes, e não experimentarás nenhum constrangimento, nenhum embaraço, em qualquer lugar que te achares.⁷⁸

Nesta perspectiva, a postura comedida, doçura no olhar, gestos recatados, jogos de palavras, tudo isso era o esperado de uma “bela moça” bem criada e bem educada da sociedade. Posturas, essas, criadas e validadas por aqueles que ideologizaram os ditames comportamentais que regiam os comportamentos dentro da sociedade. Nesta sociedade, explicitamente percebemos as representações do manual, por viabilizar as marcas da diferenciação; as marcas dos lugares de homens e mulheres pré-definidos.

Assim, a educação voltada para o sexo feminino, durante o século XIX, sacramentou o dever em tornar mister arte de submissão, principalmente religiosa. O objetivo era moldar o caráter, cultivando as posturas cristãs a fim de que as mulheres fossem boas filhas, esposas e mães, restringindo-as, quase sempre, ao espaço privado do lar e prendas domésticas⁷⁹.

Outro fator importante seria a educação letrada, simplesmente com objetivo de alfabetização, nada mais além. Porquanto, “à mulher basta a ciência de

⁷⁶ ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. São Luís, 2002, p. 102.

⁷⁷ Idem, 2002, p. 102.

⁷⁸ ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875, p. 77

⁷⁹ ABRANTES, op. cit., p. 131.

arrumar o baú.”⁸⁰ Contudo, as moças também eram incentivadas a praticar um dom artístico, cantar, declamar um poema, tocar um instrumento musical, sendo que todas essas práticas eram incentivadas para a construção da moça recatada, com inúmeras qualidades que a “boa sociedade” da capital da província desejava construir.

Essas práticas eram influenciadas pelos inúmeros poemas e folhetins que povoavam os jornais direcionados a elas, como no poema intitulado: “É bonita e canta bem”, publicado no Jornal A Mocidade:

Eu conheço uma menina,
Bella, leda, e encantadora,
É morena e seductora ...
E que lindo talhe tem! ...
É débil como a açucena,
Simpathica como Helena ...
Para não ir mais alem:
É bonita e canta bem.⁸¹

As exibições dos dotes artísticos eram incentivadas no seio da privacidade, visto que era de bom tom “não ostentar em público tuas prendas, contenta-te de lhes dar exercício no seio da tua família, onde poderão dizer-te, *basta*, quando não quiserem que continues; não te deixes levar dos aplausos de cavalheiros, cuja conversação interrompeu para te ouvirem, e de senhoras, obrigadas a uma atenção que solicitavam em seu proveito.”⁸²

A dinâmica dos gestos que preconizava as posturas, que deveriam ser seguidas, recomendava recato em todos os momentos na esfera privada, com os familiares. Ou mesmo, na esfera pública, com os parentes, reuniões de amigos ou a terceiros.

Tu, porém, minha filha faça o que vires as senhoras bem educadas fazer; comtudo estimaria que não tirasse o chapéo e chalé senão em visitas de pouca cerimonia, e depois de seres instada pela senhora da casa, porque bem sabes melhor do que eu, que quando se tira o chapéo, acontece quasi sempre desaranjar-se o penteado, e para pôr o chalé, é necessário alguém que ajude, tambem é mister ver-se no espelho, e tudo isto é pouco decente numa casa em que não tenhamos confiança, onde devemos dar o menor incommodo possível, e estar com a maior seriedade que podermos.⁸³

⁸⁰ FAROL MARANHENSE, 05.06.1829, apud. ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. São Luís, 2002, p. 102

⁸¹ Jornais Maranhenses. (1875). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Biblioteca Benedito Leite: A Mocidade, São Luís, 1875.

⁸² ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875, p. 98.

⁸³ ROQUETTE, op. cit., p. 140.

As mulheres que tinham acesso à instrução, isto é, educação moral e doméstica são, neste contexto, aquelas encarregadas de perpetuar os valores morais, as posturas comportamentais que eram tidas como aceitáveis. Destarte, a tentativa de preservação destas práticas culturais e das representações sobre o feminino era visível e difundida pela imprensa maranhense.

Era ainda, fundamentada, principalmente, pelos discursos religiosos que atribuíam à mulher virtude e a pureza, caracterizadas pela virgindade. Assim, comparavam as mulheres com a Virgem Santa, por possuírem ingenuidade e dotes morais. Ao contrário daquelas que se “davam aos galanteios”. Sobre essas imagens, encontramos lições, recomendações, poemas e folhetins que retratam esse modelo idealizado, direcionado às mulheres.

Vejamos tais recomendações no texto “As primas”:

Rosinha era uma moça de dezesseis para dezessete anos, e era proclamada de bela por todos que a viam.
 [...]Sophia, sua prima e amiga, era também quase bela como Rosinha; mas só quanto a beleza física: quanto á sua alma, quanto aos dotes moraes – eram um verdadeiro contraste.
 Rosinha, era meiga, terna, e ingenua. Era uma virgem que sonhava com a natureza pura e singela. Os anjos a guiavão.
 Sophia, porém, não possuía esses dotes tão preciosos em uma moça. Com outros pensamentos, não via o mundo cheio de tanta pureza como Rosinha. Ou pelas mãos exemplo, ou pela falta de preceitos de uma sã moral, ou mesmo pelo seu genio, Sophia era uma d’essas moças que só pensam em galanteios, nos elogios que faziam certos leões da moda: em suma, era uma namoradaira.⁸⁴

Neste fragmento, percebe-se que o ideal de beleza feminina é concebido, muito além de atributos físicos. A beleza, neste sentido, é atribuída à reverência da beleza natural, desprovida de adornos, enfeites e da influência da moda. Mas, à beleza dos gestos, da compostura, do recato e da inocência atribuída, com um tom angelical.

O requinte é atribuído aos gestos simples. “O refinamento no luxo e vaidade das mulheres é um sinal infalível da decadência dos costumes, e quase sempre de grande desastre na ordem social”.⁸⁵

Uma mulher *garrida* figura-se-me sempre empenhando uma trombeta como a estatua da Famma; toca, torna a tocar, e não descansa em quanto se não vê bem rodeada: assim como os feirantes estendem a fazenda para attrahir os compradores, assim ella faz alarde de todos seus attractivos, enfeites,

⁸⁴ Jornais Maranhenses. (1872). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Biblioteca Benedito Leite: O Domingo, 1872.

⁸⁵ ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875, p. 204

ditos engraçados, para captivar a atenção e os affectos dos que a admiram.⁸⁶

Convém observar que, os comportamentos que não se adequavam neste modelo de posturas, era visto como um elemento desqualificador, que enquadrava as moças a um estereótipo. Ou seja, as moças eram nomeadas de desprovidas de moral, visto que, se utilizavam dos seus atributos físicos, como a sensualidade, para ludibriar os homens.

O caráter de desfrutável e moral duvidosa era atribuído a elas, e isso contribuía para caos daquilo que convinha a ser a ordem social. Mesmo com a imposição de um modelo não se adequavam, por isso sofriam execração social. A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários.”⁸⁷

Logo, nem todas as mulheres se sentiam representadas pela postura cordial de docilidade, mas de submissão imposta pelo discurso vigente. Daí o fato de serem execradas por não se adequarem, como neste diálogo:

- Seu Chico, como é que se diz: estupidez ou estupidez?
- Homem, eu acho que é estupidez, por que é feminino.
- Pois eu pensava o contrário.
- Então conheça! Aprenda a regra da pontuação.⁸⁸

As normas, que direcionadas a estas mulheres, funcionavam como um forte aparato de vigilância dos seus comportamentos. Nos mais variados jornais do século XIX, e especificamente, no recorte temporal escolhido por essa pesquisa, encontramos, lições morais, conselhos, regras de convivência, romances e poemas que difundiam o modelo de comportamento baseado nas regras de etiqueta que privilegiavam a moral e os bons costumes.

A origem social elitizada dava a elas a possibilidade de acesso a esse discurso, porquanto “a condição social era também um fator de distinção da moralidade feminina, sendo as mulheres pobres e desvalidas, consideradas mais

⁸⁶ ROQUETTE, J. L. Ibidem, 204.

⁸⁷ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 39

⁸⁸ Jornais Maranhenses. (1879). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Biblioteca Benedito Leite: A Flecha, 1879.

propensas a caírem na prostituição, por conta da necessidade de sobrevivência e da falta de amparo masculino que a protegesse.”⁸⁹

A condição de prostituta não afeta a abrangência das normas de conduta do Código de Bom Tom. Conforme falamos anteriormente, as meretrizes das casas de maior sucesso de público em São Luís, durante o século XX, tinham acesso às noções de higiene, limpeza e regras de como se vestir e se portar de forma educada diante de seus clientes, que maioria, faziam parte da elite maranhense.⁹⁰

O asseio e a higiene eram um dos pontos primordiais que refletiam as posturas das “belas mulheres” da sociedade durante o século XIX. De acordo com o manual, era recomendável o asseio constante e diário. Essas noções foram apropriadas pelas prostitutas da Zona do Baixo Meretrício, que durante o século XX, tinham o hábito de uma boa higiene, ou seja, cuidavam de seus corpos, vestiam-se muito bem, usavam bons perfumes e eram preparadas para tratarem bem os seus clientes.⁹¹

Evidenciamos que a abrangência do Código do Bom Tom está além dos ditames da educação elitizada. Seu poder de influência rompe as barreiras da diferenciação social, sendo um mecanismo difusor de representações que ditava regras e posturas para as moças de boa família. Porém, teve como consequência a difusão seu discurso para atender grupo de mulheres consideradas mal vistas socialmente.

Contudo, dentro do manual, as representações sobre o feminino focalizavam exclusivamente as mulheres abastardas, sendo cotidianamente, alvo de críticas, caso não demonstrassem posturas desejadas. Talvez, elogios, caso fossem tidas como exemplo de moralidade, recato e simplicidade nos gestos.

⁸⁹ ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. São Luís, 2002, p. 126

⁹⁰ SILVA, Ricardo de Jesus Pacheco. **Militares e Meretrizes: a ordem e a desordem numa linha tênue – São Luís (1950-1970)**. São Luís, 2008, p. 80 (monografia de graduação em História – UFMA)

⁹¹ Idem, 2008, p. 80.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional, que tem a missão de investigar, analisar e tentar recriar imagens e discursos sobre os eventos do passado, precisa ter bastante responsabilidade, já que ao lançar o olhar para os rastros de realidades, deve ser criterioso em resgatar as memórias deixadas pelos nossos antecessores, para que assim crie discursos sobre os acontecimentos longínquos.

É nesse contexto que adentrarmos no universo discursivo do Código do Bom Tom, objetivando analisar as representações existentes direcionadas a ratificar o comportamento feminino. Para tal, buscamos vislumbrar o cotidiano dessas mulheres, a partir dos discursos inseridos em alguns jornais de cunho literário, recreativo e educativo, que foram colocados em apreciação do público ludovicense, durante os últimos suspiros do regime monárquico brasileiro, precisamente entre os anos de 1875 a 1888, recorte temporal evidenciado nesta pesquisa.

Analisamos os discursos direcionados ao feminino como perpetuadores dos ideais civilizatórios europeus e também justificadores de status social de uma elite maranhense, que buscava se diferenciar dos demais segmentos, a partir de novas práticas e posturas comportamentais que lhes eram ditadas pelas regras morais, influenciadas pelo código de civilidade. Essas regras ultrapassavam os limites do costume e eram ratificadas pelas leis estaduais e municipais, pelos projetos de reforma urbana e de salubridade da capital.

Neste interim descortinamos a lógica que perpassa por estes discursos que validavam a imposição de um ideário feminino justificado pelo conceito de civilização em voga no Brasil, e conseqüentemente, nas principais províncias do país.

As mulheres as quais nos referimos, são as da elite, visto que, na maioria das vezes, eram elas que tinham acesso à educação das primeiras letras e conseqüentemente, tinham o hábito da leitura. Contudo não desmerecemos a análise de algumas mulheres de outros segmentos tidos como desprivilegiados.

Essa pesquisa monográfica procurou evidenciar como as regras de etiqueta instituídas no manual de civilidade romperam as fronteiras da educação familiar. Seu primordial objetivo para se tornar um dos manuais mais influentes do mundo, foi ditar costumes e posturas morais, evidenciadas no comportamento das mulheres elitizadas de São Luís e amplamente divulgadas nos jornais da época.

Folhetins, novelas, poemas, artigos, todos, sem exceção, escritos por homens, ditavam o comportamento prescrito onde uma “bella” dama da sociedade deveria seguir para ser bem vista. Contudo condutas prescritas são diferentes das condutas na prática, pois existiam mulheres que tinham conhecimento das regras de etiquetas, e estas não eram exemplos de moças da sociedade, ou mesmo não faziam parte do segmento elitizado.

Existiam aquelas que não tinham acesso às lições do manual, ou que não se adequavam às posturas comportamentais de moralidade prescritas. Essas moças eram taxadas com os piores adjetivos, dentro do texto do manual e os jornais corroboravam com essa opinião; a elas o escárnio!

Deste modo, este trabalho visou apresentar as diferentes representações instituídas dentro do Código do Bom Tom, dialogando sempre com os variados textos jornalísticos em busca de traçar como esses discursos se faziam sentir no cotidiano.

Em linhas gerais, entendemos a importância de revisitar um determinado espaço situado no tempo, para termos condições de compreender homens e mulheres, filhos de seu tempo. Compreensão empreendida neste trabalho a partir da análise dos discursos direcionados às mulheres que enfatizavam suas funções sociais como filhas, esposas e mães.

Vale frisar que a análise desenvolvida nesta pesquisa não se encerra nela, pois o conhecimento é volátil, e o saber não absoluto, e esta produção não se encerra aqui, ela está aberta a um campo de possibilidades de questionamentos que possam contribuir para o surgimento de novas pesquisas.

FONTES PESQUISADAS

Periódicos Maranhenses:

Jornal A Flecha, 1879

Jornal A mocidade, 1875, 1876

Jornal O Domingo, 1872

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina. **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade.** São Luís: UEMA, 2012.

ABRANTES, Elizabeth Sousa; “**O Dote é a Moça Educada**”: mulher, dote e instrução em São Luís na primeira república. São Luís: Editora EDUEMA, 2012.

_____. apud. BEAUVOIR, Simone de. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX.** São Luís, 2002.

CAMPOS, Marize Helena de. **AS DONAS DO PODER:** práticas testamentárias de mulheres no Maranhão Oitocentista (1800-1822). In: GALVES, Marcelo Cherche. COSTA, Yuri. (org). O Maranhão Oitocentista. São Luís: UEMA, 2015, p. 209.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural:** entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama:** quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **A História da Mulher do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em:< <https://www.dicio.com.br/nuance/>>. Acesso em: 23 de jul 2017.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

MAUSS, Marcel. apud CHARTIER, Roger. **A história Cultural:** entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002.

NORBERT, Elias. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1990.

OLIVEIRA, João C. apud SCHWARCHS, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: AIRES, Philippe. CHARTIER, Roger. (Org). **História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROQUETTE, J. L. **Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. Paris: s.n, 1875.

SCHWARCHS, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Camila Ferreira Santos. **Para Bailes**: a roupa feminina e os espaços públicos em São Luís do século XX. In: Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG. Unicentro. 2015.

SILVA, Ricardo de Jesus Pacheco. **Militares e Meretrizes**: a ordem e a desordem numa linha tênue – São Luís (1950-1970). São Luís, 2008

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.